



ANEXO A.1: SNC – REGIME INTEGRAL

I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (INDIVIDUAIS)

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ÍNDICE

	DESIGNAÇÃO	PÁGINA
Nota 1	Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	3
1.1	Identificação da entidade, período de relato	3
1.2	Referencial contabilístico e demonstrações financeiras	3
Nota 2	Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros	4
2.1	Bases de mensuração	4
2.2	Principais políticas contabilísticas	6
2.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	9
2.4	Alterações de políticas contabilísticas e erros	9
Nota 3	Ativos intangíveis	10
3.1	Ativos Intangíveis gerados internamente e outros	11
3.2	Ativos Intangíveis – outras divulgações	15
3.5	Ativos Intangíveis – outras situações	15
Nota 4	Acordos de concessão de serviços: concedente	16
4.1	Divulgações respeitantes a acordos de concessão de serviços	16
Nota 5	Ativos fixos tangíveis	20
5.1	Divulgações	20
5.2	Ativos fixos tangíveis – outras divulgações	24
5.6	Ativos fixos tangíveis – outras situações	24
Nota 7	Custos dos empréstimos obtidos	29
Nota 9	Imparidade de ativos	30
9.1	Divulgações respeitantes a imparidade de ativos	31
9.5	Divulgações – Perda por imparidade revertida durante o período	31
9.7	Pressupostos usados para determinação da quantia recuperável de ativos	32
Nota 10	Inventários	32
Nota 13	Rendimento de transações com contraprestação	34
Nota 14	Rendimento de transações sem contraprestação	35
Nota 15	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	37
Ponto 1	Provisões	38
Ponto 2	Descrição das provisões	38
Ponto 3	Passivos contingentes	39
Ponto 4	Ativos contingentes	41
Nota 17	Acontecimentos após a data do relato	41
Nota 18	Instrumentos financeiros	41
Nota 19	Benefícios dos empregados	44
Nota 20	Divulgações de partes relacionadas	45
Nota 21	Fornecimentos e Serviços Externos	51

ÍNDICE DE QUADROS

Quadros	Designação	Página
Q 1	Caixa e depósitos	4
3.1	Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	12
3.2	Quantia escriturada e variações no período	13
3.2-A	Desagregação das adições	14
3.2-B	Desagregação das diminuições	14
4	Contratos de concessão (concedente)	19
5.1	Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	25
5.2	Quantia escriturada e variações no período	26
5.2-A	Desagregação das adições	27
5.2-B	Desagregação das diminuições	28
9.1	Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa	30
10.1	Inventários	33
10.2	Inventários: movimentos do período	34
13.1	Rendimentos com contraprestação	35
14.1	Rendimentos sem contraprestação	37
15.1	Provisões	38
20.2	Transações entre partes relacionadas	46

Balanço em 31 de dezembro de 2024, reexpresso em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31/12/2024	31/12/2023 Reexpresso	31/12/2023
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	252 407 001,89	243 586 543,07	226 873 081,82
Propriedades de Investimento				
Ativos Intangíveis	3	757 389,58	454 137,10	454 137,10
Ativos biológicos				
Participações financeiras	18, 20	3 642 552,00	3 642 552,00	3 642 552,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
Acionistas/sócios/associados				
Diferimentos	2, 4	7 874 638,85	8 295 984,00	
Outros ativos financeiros				
Ativos por impostos diferidos				
Clientes, contribuintes e utentes				
Outras contas a receber				
		264 681 582,32	255 979 216,17	230 969 770,92
Ativo corrente				
Inventários	10	1 569 256,18	1 894 256,35	1 894 256,35
Ativos biológicos				
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis				
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
Clientes, contribuintes e utentes	9, 18	3 336 965,01	2 593 305,96	2 593 305,96
Estado e outros entes públicos		262 474,49	184 392,57	184 392,57
Acionistas/sócios/associados				
Outras contas a receber	18	29 735 833,21	29 670 008,21	29 670 008,21
Diferimentos	4	1 339 188,40	1 180 063,83	143 065,83
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros				
Ativos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos	1	53 481 471,42	61 565 288,38	61 565 288,38
		89 725 188,71	97 087 315,30	96 050 317,30
		354 406 771,03	353 066 531,47	327 020 088,22
Total do Ativo				
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital		98 277 064,28	98 277 064,28	98 277 064,28
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas		8 751 304,33	8 474 769,47	8 474 769,47
Resultados transitados		158 787 025,80	156 078 635,03	156 078 635,03
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações no Património Líquido		22 050 520,83	17 248 127,80	17 248 127,80
Resultado líquido do período		-4 241 350,03	5 530 697,11	5 530 697,11
Dividendos antecipados				
Interesses que não controlam				
Total do Património Líquido				
PASSIVO				
Passivo não corrente		283 624 565,21	285 609 293,69	285 609 293,69
Provisões	15	5 660 692,18	5 735 035,36	5 735 035,36
Financiamentos obtidos	7, 18	4 551 570,49	3 643 705,30	3 643 705,30
Fornecedores de investimentos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego				
Diferimentos	2, 4	35 286 432,68	32 262 140,51	15 548 679,26
Passivos por impostos diferidos				
Fornecedores				
Outras contas a pagar		546 733,20		
		46 045 428,55	41 640 881,17	24 927 419,92
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	9 047 857,95	9 455 123,15	122 141,15
Fornecedores	18	3 271 211,35	4 126 126,69	4 126 126,69
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Estado e outros entes públicos		244 967,78	355 767,69	355 767,69
Acionistas/sócios/associados				
Financiamentos obtidos	7, 18	857 342,38	857 342,40	857 342,40
Fornecedores de investimentos	18	584 342,35	1 772 936,80	1 772 936,80
Outras contas a pagar	18	7 484 683,28	6 340 666,53	6 340 666,53
Diferimentos	2	3 246 372,18	2 908 393,35	2 908 393,35
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
		24 736 777,27	25 816 356,61	16 483 374,61
		70 782 205,82	67 457 237,78	41 410 794,53
		354 406 771,03	353 066 531,47	327 020 088,22
Total do Passivo				
Total do Património Líquido e Passivo				

Chris Carter

Demonstração de resultados por natureza em 31 de dezembro de 2024, reexpresso em 31 de dezembro de 2023

Município de Albufeira				
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2024				Valores em €
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		31/12/2024	31/12/2023 Reexpresso	31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas	14	54 831 526,79	56 260 787,79	56 260 787,79
Vendas	13	10 077 121,12	10 299 249,53	10 299 249,53
Prestações de serviços e concessões	13	14 862 106,48	13 970 718,91	13 970 718,91
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre				
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	14 556 141,69	12 617 732,51	12 617 732,51
Variações nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários tr	10	-6 809 263,61	-7 508 334,75	-7 508 334,75
Fornecimentos e serviços externos	2, 21	-35 181 324,94	-30 315 215,44	-30 315 215,44
Gastos com pessoal	19	-30 578 404,00	-28 808 135,11	-28 808 135,11
Transferências e subsídios concedidos		-11 912 889,48	-10 897 558,02	-10 897 558,02
Prestações sociais		-313 456,04	-469 357,08	-469 357,08
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9, 18	-52 310,27	1 595 741,60	1 595 741,60
Provisões (aumentos/reduções)	15	88 647,23	69 440,95	69 440,95
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos	13, 14	4 195 905,09	5 056 793,79	4 768 630,66
Outros gastos		-4 535 968,18	-3 281 916,53	-3 281 916,53
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		9 227 831,88	18 589 948,15	18 301 785,02
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3, 5	-13 442 561,36	-12 939 866,72	-12 651 703,59
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-4 214 729,48	5 650 081,43	5 650 081,43
Juros e rendimentos similares obtidos	13	151 396,21	49 238,05	49 238,05
Juros e gastos similares suportados	7	-178 016,76	-168 622,37	-168 622,37
Resultado antes de impostos		-4 241 350,03	5 530 697,11	5 530 697,11
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período		-4 241 350,03	5 530 697,11	5 530 697,11
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam		-4 241 350,03	5 530 697,11	5 530 697,11

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade, período de relato

A informação detalhada da entidade encontra-se no documento n.º 8 “Caraterização da Entidade” (Anexo A.4)

- Designação da entidade: Município de Albufeira
- NIF: 503 539 473
- Endereço: Rua do Município 8201-863 Albufeira
- Período de relato: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024
- Código da classificação orgânica:
 - 01 Assembleia Municipal;
 - 02 Câmara Municipal;
 - 03 Operações Financeiras;
- Tutela: Ministério da Coesão Territorial – Direção Geral das Autarquias Locais;
- Regime Financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: Lei n.º 142/85, de 18 de novembro; Lei n.º 28/86, de 23 de agosto;
- Entidades responsáveis pelo controlo das demonstrações financeiras: Tribunal de Contas, Direção Geral das Autarquias Locais, Inspeção Geral de Finanças;
- Recursos Humanos: O número de trabalhadores a 31 de dezembro era de 1458.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação.
- De referir que se trata do quinto ano em que as presentes demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) previstas no SNC-AP, a conversão de saldos das contas e rubricas das demonstrações financeiras e demais alterações, foram efetuadas no ano de 2020 e encontram-se evidenciadas no anexo do ano 2020.

As demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal até final de abril, são expressas em Euros, e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

Apresenta-se, de seguida, a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Q 1 – Caixa e depósitos

Conta	2024	2023
Caixa	5 569,94	5 933,64
Depósitos bancários à ordem	53 475 901,48	61 559 354,74
Total	53 481 471,42	61 565 288,38

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

2.1. Bases de mensuração

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Informação comparativa

Tratando-se do quinto ano de aplicação do normativo SNC-AP, existe informação de base comparativa. A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior nas demonstrações financeiras.

Foi respeitado o Princípio da Continuidade do Município, as políticas contabilísticas adotadas foram consistentes desde o momento de implementação do SNC-AP, ao longo do tempo.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo, sendo desta forma proporcionada informação fiável e mais relevante.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma Norma de Contabilidade Pública.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do Município foram as seguintes:

Ativos fixos tangíveis

No âmbito da implementação do novo normativo contabilístico SNC-AP, no ano 2020, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (CC2), sendo que todos os bens do ativo fixo tangível objeto de reconhecimento foram mensurados pelo seu custo, com exceção dos imóveis adquiridos sem contraprestação que foram mensurados de acordo com o seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), conforme indicado no Manual de Implementação do SNC-AP, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis

Chris Carter

passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação, custos de transporte e outros custos incorridos.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Tendo em conta a ausência de controlo por parte do Município relativamente às suas participações, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade, conforme previsto na NCP 18.

Rédito

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as

condições, são transferidos para o património líquido. No caso dos ativos depreciables devem ser posteriormente imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Clientes e contas a receber

São reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Provisões

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de um acontecimento passado, cujo valor é possível estimar com fiabilidade, sendo expectável que origine um exfluxo de recursos.

Fornecedores e contas a pagar

São reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades.

Caixa e depósitos bancários

Correspondem aos valores em caixa e depósitos.

Especialização do exercício

O Município de Albufeira regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do período, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos documentos e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.4. Alterações de políticas contabilísticas e erros

Neste respeito, convém sublinhar que, concernente ao Balanço e à Demonstração de Resultados, houve necessidade de se efetuar uma reexpressão com reporte a 2023, referente a duas situações relacionadas com as concessões da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro) e da Marina de Albufeira, as quais, pese embora não alterassem o Resultado Líquido do Exercício de 2023, deveriam ter sido refletidas no ano 2023, mas que, devido ao desfasamento temporal entre a apresentação da Prestação de Contas de 2023 e a obtenção de informação fidedigna sobre as referidas matérias, não foram consideradas em tempo útil, pelo que essas retificações de períodos anteriores são agora efetuadas através do procedimento de reexpressão retrospectiva, conforme previsto na NCP 2 — “Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros”. No entanto, as citadas situações estão adequadamente refletidas no Balanço e na Demonstração de Resultados a 31/12/2024. Assunto evidenciado na Nota 4.

Segue um quadro resumo contendo os impactos relacionados com a reexpressão retrospectiva citada.

Impacto da reexpressão ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ano 2023)				
Natureza das rubricas reexpressas	Valores			Observações ao impacto da reexpressão ao Balanço de 2023
	Balanço original a 31/12/2023	31/12/2023 Reexpresso	Impacto da reexpressão	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	226 873 081,82	243 586 543,07	16 713 461,25	Valor bruto da Concessão da Marina de Albufeira
Diferimentos		8 295 984,00	8 295 984,00	Valor da Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro)
Ativo corrente				
Diferimentos	143 065,83	1 180 063,83	1 036 998,00	Valor de curto prazo da Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro)
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Diferimentos	15 548 679,26	32 262 140,51	16 713 461,25	Valor bruto da Concessão da Marina de Albufeira
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	122 141,15	9 455 123,15	9 332 982,00	Valor total da Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro), a preços de 2023, retirando o valor pago em 2023
Natureza das rubricas reexpressas	Valores			Observações ao impacto da reexpressão à DR de 2023
	DR original a 31/12/2023	31/12/2023 Reexpresso	Impacto da reexpressão	
RENDIMENTOS E GASTOS				
Outros rendimentos	4 768 630,66	5 056 793,79	288 163,13	Valor da depreciação da Concessão da Marina de Albufeira
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-12 651 703,59	-12 939 866,72	-288 163,13	Valor da depreciação da Concessão da Marina de Albufeira

Reforça-se que, não obstante os impactos preconizados nesta reexpressão, a mesma não tem impacto ao nível do Resultado Líquido do Exercício de 2023.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Esta norma preconiza que a vida útil de um ativo intangível deve ser sempre determinada tendo em conta os benefícios económicos ou potencial de serviço que o ativo irá proporcionar.

Os fatores que geralmente relevam para a determinação da vida útil de um ativo incluem o uso esperado do ativo e as condições em que esse ativo é utilizado, o período de utilização previsto em

acordos e contratos, qualquer disposição contratual ou legal que restrinja o período de uso (controle) do ativo e ainda a obsolescência do ativo resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou de uso deficiente.

No ano de 2020, os ativos intangíveis foram objeto de ajustamentos no âmbito da transição para o novo normativo contabilístico SNC-AP, de acordo com o Manual de Implementação do referido normativo, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Ponto 3.1 – Ativos Intangíveis gerados internamente e outros

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

No âmbito da presente NCP 3, procede-se às seguintes divulgações:

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

O período de vida útil de um ativo intangível nem sempre é fácil de determinar, mas de acordo com as notas de enquadramento do PCM, as entidades poderão manter os códigos do CIBE para efeitos de inventário e as respetivas vidas úteis, pelo que se mantiveram as vidas úteis dos bens intangíveis que se encontravam inventariados no ano de 2020, e os bens novos do exercício receberam a vida útil de acordo com o preconizado no Manual de Implementação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e referido no seu parágrafo introdutório.

Assim, os bens classificados na conta:

- **442 – Projetos de Desenvolvimento** receberam a vida útil de 3 anos conforme preconizado no Classificador Complementar 2 (CC2);
- **443 – Programas de computador e sistemas de informação** receberam a vida útil de 1 ou 2 anos de acordo com a duração da licença de *software*;
- **444 – Propriedade industrial e intelectual**, receberam a vida útil de acordo com a sua especificidade.

No seguimento de anos anteriores, existem fichas de cadastro atualizados à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil e taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Métodos de amortização

Quanto ao método de amortização usado, foi o método de cálculo das quotas constantes, em linha reta, em que o tipo de período económico é anual.

c) Quantia escriturada no início e no final do período

No ano de 2020, os ativos intangíveis foram objeto de ajustamentos, no âmbito da transição para o novo normativo contabilístico SNC-AP de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Quadro 3.1 — Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	66 564,02	56 396,02		10 168,00	66 564,02	61 480,02		5 084,00
Programas de computador e sistemas de informação	2 751 245,61	2 308 706,14		442 539,47	3 549 408,48	2 817 374,63		732 033,85
Propriedade industrial e intelectual	5 103,07	4 385,15		717,92	5 103,07	4 479,09		623,98
Outros	242 690,10	241 978,39		711,71	271 454,45	251 806,70		19 647,75
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	3 065 602,80	2 611 465,70	0,00	454 137,10	3 892 530,02	3 135 140,44	0,00	757 389,58

d) Evidência da amortização de ativos intangíveis na demonstração de resultados

As amortizações correspondentes aos ativos intangíveis estão refletidas na demonstração de resultados nas contas 643 – Gastos de depreciação e de amortização – Ativos intangíveis, no montante de 523.674,74 €, discriminados da seguinte forma:

Conta PCM	Descrição	Montante
6432	Projetos de desenvolvimento	5 084,00
6433	Programas de computador e sistemas de informação	508 668,49
6434	Propriedade industrial e intelectual	93,94
6436	Outros ativos intangíveis	9 828,31
Total		523 674,74

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período

Quadro 3.2 — Quantia escriturada e variações no período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Díminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento	10 168,00						-5 084,00		5 084,00
Programas de computador e sistemas de informação	442 539,47	798 162,87					-508 668,49		732 033,85
Propriedade industrial e intelectual	717,92						-93,94		623,98
Outros	711,71	28 764,35					-9 828,31		19 647,75
Ativos intangíveis em curso									
TOTAL	454 137,10	826 927,22					-523 674,74	0,00	757 389,58

- i) As adições provenientes de desenvolvimento interno e as adquiridas separadamente encontram-se evidenciadas no quadro 3.2-A - Desagregação das adições;

Quadro 3.2-A — Desagregação das adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Doação	Dação em Pagamento	Locação Financ.	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento		798 162,87								798 162,87
Programas de computador e sistemas de informação										
Propriedade industrial e intelectual		28 764,35								28 764,35
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL		826 927,22								826 927,22

- ii) Não ocorreram revalorizações no período;
- iii) Não houve lugar a perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante período;
- iv) Não houve lugar a perdas por imparidade revertidas nos resultados do período;
- v) As amortizações reconhecidas durante o período constam no quadro 3.2 Quantia escriturada e variações no período;
- vi) Não se verificaram diferenças cambiais;

Quadro 3.2-B — Desagregação das diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

i) Não houve lugar a diminuições no período;

Ponto 3.2 – Ativos Intangíveis – outras divulgações

- a) A quantia de ativos intangíveis escriturada no final do período corresponde ao valor de 757.389,58 €.
- b) Todos os ativos intangíveis adquiridos foram escriturados ao preço de custo, não existindo ativos intangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação;
- c) Não existem ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e cujas quantias escrituradas tenham sido dadas como garantia de passivos;
- d) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis, existentes a 31 de dezembro, no âmbito de *software* informático e investimentos incorpóreos ascende a 1.271.811,27 €;
- e) Não existiram ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações nos termos dispostos aplicáveis.

Ponto 3.5 – Ativos Intangíveis – outras situações

- a) A descrição dos ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso, constam discriminados no mapa 3.5 a) constante no anexo ao presente documento.

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Ponto 4.1 – Divulgações respeitantes a acordos de concessão de serviços

No âmbito da aplicação da NCP 4, o concedente reconhece um ativo de concessão e contabiliza o mesmo como um ativo fixo tangível de acordo com a NCP 5.

No âmbito da implementação do novo normativo contabilístico SNC-AP, no ano 2020, foram identificados os acordos de concessão enquanto concedente e os respetivos ativos de concessão que não estavam registados como ativo no município, em que o concedente controla qualquer interesse residual no ativo, nomeadamente a entrega dos ativos por parte dos concessionários no final dos termos do acordo, tendo-se procedido ao reconhecimento dos ativos de concessão abaixo indicados, nos seguintes termos:

- Exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e estacionamento à superfície na Avenida da Liberdade:
 - Parque de estacionamento P5, pelo valor patrimonial tributário (VPT) e pela vida útil estabelecida no Classificador Complementar 2 (CC2) para este tipo de ativo, uma vez que, embora tenha sido facultada informação, a mesma não continha os elementos necessários para aferir o montante do ativo de concessão;
 - Parque de estacionamento P6, pelo valor patrimonial tributário (VPT) do terreno, e pela vida útil estabelecida no Classificador Complementar 2 (CC2) para este tipo de ativo, pelo valor já refletido no património do município, no que respeita à construção das fundações. Relativamente à restante construção do parque de estacionamento, não foi considerado como ativo fixo tangível de concessão, uma vez que não foi disponibilizada informação, em tempo útil, por parte do concessionário que efetuou a obra pública;
- Distribuição de energia de baixa tensão (EDP) - O reconhecimento do ativo de concessão foi efetuado de acordo com a informação contabilística, facultada pela entidade;

- **Conceção, construção e exploração do crematório de Albufeira** - Relativamente à conceção, construção e exploração do Crematório de Albufeira, importa referir que a parcela do terreno onde se encontra instalado o referido crematório está inserida na totalidade do terreno do cemitério, o qual já se encontra registado no património do município, não sendo passível a sua individualização como ativo de concessão, em termos da aplicação informática do património (SNP).

No decurso do ano de 2021 não foram celebrados novos acordos de concessão, tendo-se mantido os acordos existentes no ano transato, na sequência da disponibilização por parte da entidade concessionária dos registos contabilísticos referentes ao valor do parque de estacionamento P6 (edifício), foi possível efetuar os correspondentes registos, sendo que no que concerne aos restantes ativos de concessão, procedeu-se aos lançamentos contabilísticos inerentes à continuidade das mesmas.

No ano de 2022 foi celebrado um novo contrato de Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro) tendo os respetivos ativos de concessão constantes no contrato sido reconhecidos e registados pelo custo de aquisição/construção. Relativamente aos restantes ativos de concessão, procedeu-se aos lançamentos contabilísticos inerentes à continuidade das mesmas.

Relativamente ao ano de 2023, procedeu-se apenas aos lançamentos contabilísticos inerentes à continuidade dos ativos de concessão existentes, ficando por reconhecer os montantes resultantes dos pagamentos ocorridos no ano 2023 e que irão manter-se nos anos seguintes, correspondentes à duração da Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro).

Constatou-se também no ano de 2023 que, no decurso das delegações de competências do Estado para os órgãos dos municípios, de competências no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, a concessão da Marina de Albufeira seria, eventualmente, para considerar como um ativo de concessão, no entanto, a obtenção de informação fidedigna sobre as referidas matérias impossibilitou essa consideração, em tempo útil, na prestação de contas do ano de 2023.

No âmbito dos ativos de concessão, no ano de 2024, procedeu-se ao reconhecimento das seguintes situações:

- Foi refletida a despesa resultante dos pagamentos ocorridos no ano 2023 e que irão manter-se nos anos seguintes, com as devidas atualizações resultantes dos termos constantes no caderno de encargos, correspondentes à duração da Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro);
- Foi considerado o contrato de concessão para exploração do porto de recreio designado por Marina de Albufeira que advém do protocolo assinado entre a Docapesca-Portos e Lotas S.A. e o Município de Albufeira, no âmbito da transferência para os órgãos dos municípios de competências, no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária. Assim, consequentemente, o contrato de concessão para exploração da Marina de Albufeira celebrado entre o Estado Português e a empresa ALBUMARINA – Sociedade Gestora de Marinas, S.A. a 22 de maio de 2007, continua em vigor e o concedente deixa de ser o Estado Português e passa a ser o Município de Albufeira, nos direitos e deveres que daí advêm;
- Relativamente aos restantes ativos de concessão, procedeu-se aos lançamentos contabilísticos inerentes à continuidade das mesmas.

As situações acima identificadas, deveriam ter sido contempladas no ano de 2023 (sem impacto no Resultado Líquido do Exercício de 2023), no entanto, conforme já referido, devido ao desfasamento temporal entre a apresentação dos documentos da prestação de contas e a obtenção de informação fidedigna sobre as referidas matérias impossibilitou essa consideração, em tempo útil, situação que está devidamente reconhecida e acautelada no ano de 2024.

Neste âmbito, no balanço procedeu-se a essas retificações de períodos anteriores através da reexpressão retrospectiva, conforme previsto na NCP 2.

Importa ainda, sobre esta matéria, realçar que relativamente ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Albufeira, a informação que foi enviada pela entidade, não permite identificar a existência de novos ativos de concessão, assim como aferir os montantes atuais existentes inerentes à concessão, motivo pelo qual, por razões alheias e inimputáveis ao Município de Albufeira e na falta de informação atempadamente credível, optou-se por considerar os montantes e lançamentos contabilísticos inerentes à continuidade da concessão referida.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais.

Quadro 4 — Contratos de concessão (concedente)

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de concessão da exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e do estacionamento à superfície na Av. da Liberdade, em Albufeira, e de obra pública	Círculo Digital, S.A.	Parque de estacionamento P5; Parque de estacionamento P6; Estacionamento à superfície	01/06/2012 a 31/05/2032	*			
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no município de Albufeira	EDP Distribuição	Energia Elétrica em baixa tensão (Edifícios, Equipamento)	01/10/2001 a 30/09/2021	**			
Contrato de concessão da conceção, construção e exploração do Crematório de Albufeira	Cremal - Crematórios do Algarve, Lda	Terreno; Edifício; Equipamento (Forno de cremação e câmara frigorífica)	12/07/2018 a 11/07/2048	*			
Contrato de concessão de rede de transportes urbanos de Albufeira (Rede Giro)***	Translagos - Transportes Públicos, Lda	Estação Central de Camionagem	01/12/2022 a 01/12/2032	11 112 198,53	1 036 998,00	1 088 847,96	8 986 352,57
Contrato de concessão da Marina de Albufeira	Albumarina-Sociedade Gestora de Marinas, S.A.	Porto destinado à navegação de recreio designado por Marina de Albufeira	22/05/2007 a 22/05/2082	*			

* Recebimento anual variável em função do tipo de receita cobrada, conforme estipulado nas peças do procedimento de contratação pública. ** Valor da renda determinado por portaria ministerial. ***Contrato atualizado nos termos definidos do caderno de encargos

Apresenta-se no mapa seguinte o valor patrimonial bruto e líquido das concessões:

Descrição	Valor patrimonial bruto	Valor patrimonial líquido
Concessão EDP	6 081 942,00	4 827 254,68
Concessão EDP - Equipamento	957 473,00	478 736,50
Concessão Crematório - Edifício	561 120,33	467 600,28
Concessão Crematório - Equipamento	220 850,73	110 425,36
Concessão do Parque de Estacionamento P5	2 955 662,12	2 660 095,92
Concessão do Parque de Estacionamento P6	2 068 000,23	1 674 095,43
Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro) - Central de camionagem	1 288 719,24	902 103,48
Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro) - Equipamento	4 392,25	3 074,57
Concessão da Marina de Albufeira	16 713 461,25	16 425 298,12
	30 851 621,15	27 548 684,34

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Ponto 5.1 – Divulgações

No âmbito da implementação do novo normativo contabilístico SNC-AP, no ano 2020, foi efetuada uma mera conversão dos saldos das contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, nos termos do manual de implementação do SNC-AP, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

a) Bases de mensuração

No ano de 2020, na transição para o SNC-AP, procedeu-se à transferência das contas em conformidade com a correta correspondência entre o Plano de Contas Geral (PCG) estabelecido no POCAL e o Plano de Contas Multidimensional (PCM) inerente ao SNC-AP e às correspondências/equivalências do Cadastro de Inventário de Bens do Estado (CIBE) para o Classificador Complementar 2 do Património (CC2), bem como aos procedimentos ao nível das depreciações nos termos da FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística, a qual preconiza que as depreciações devem ser incrementadas ou

reduzidas por contrapartida de uma conta de ajustamentos de transição para o SNC-AP para o efeito, 564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

No decurso dos anos 2021, 2022, 2023 e 2024 considerando que todos os ajustamentos necessários à transição foram efetuados no ano de implementação do SNC-AP, a conta 564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP não teve quaisquer movimentos, mantendo o saldo do ano anterior.

É apropriado lembrar que relativamente aos ativos adquiridos mediante transação sem contraprestação, no âmbito do processo de implementação do SNC-AP, no ano de 2020, utilizou-se a opção prevista nas regras de transição do SNC-AP, nos termos da Norma de Contabilidade Pública - NCP 5, que consubstancia na valorização dos edifícios segundo o Valor Patrimonial Tributário (VPT), tendo-se procedido da seguinte forma:

- Imóveis sem valor inicial e sem valor atual – Foi-lhes atribuído o valor do VPT, sendo que em casos onde existisse terreno com construção edificada, nas mesmas condições, se conferiu o valor de 25% ao terreno e 75% à construção, tendo por base os critérios fiscais (n.º 3 do artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro).
- Imóveis sem valor inicial, com capitalizações ao longo do tempo – Procedeu-se à anulação de todas as capitalizações e respetivas depreciações acumuladas, por contrapartida de uma conta de ajustamentos de transição para o SNC-AP, criada para o efeito (564), conferindo-se-lhes de seguida o valor do VPT. Nesta situação, existiam casos particulares em que ou o terreno ou a construção possuíam valor inicial, pelo que o ativo que dispunha de valor inicial (adquirido com contraprestação) não foi avaliado ao VPT, ficando com o valor que detinha da contraprestação, enquanto o ativo que não tinha qualquer valor inicial foi avaliado ao VPT por 25% ou 75% consoante se tratasse de terreno ou construção, respetivamente.

Adicionalmente, verificou-se a existência de alguns bens sem valor inicial aos quais não foi atribuído o VPT, por não dispormos da caderneta predial pelo facto de essencialmente, os mesmos não estarem no nome do município (por exemplo, os cedidos em direitos de superfície, cujo controlo continua do

lado do município), ou terrenos/edifícios em que não foi possível efetuar o respectivo registo, por falta de documentação e para os quais também não possuímos o VPT.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 foram mensurados pelo seu custo de aquisição ou produção, sendo as depreciações calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 do Património (CC2).

No exercício findo, os ativos tangíveis foram mensurados ao custo de aquisição, ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para os colocar na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Estes podem consubstanciar-se em ativos tangíveis em curso do domínio público ou ativos tangíveis em curso do domínio privado.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

b) Métodos de depreciação

As depreciações correspondem a desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 (CC2).

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas

É conveniente mencionar que, no âmbito do processo de implementação do SNC-AP, no ano de 2020, procedeu-se à:

- Alteração da vida útil dos bens do ativo que se enquadravam na classificação de “Edifícios e Outras Construções”, de acordo com as notas de enquadramento da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, como é o caso dos ativos com 80 anos de vida útil que passaram a ter 50 anos de vida útil;
- Subtração entre a vida útil definida pelo SNC-AP e a vida útil já decorrida em termos de CIBE, com as demais implicações envolvidas ao nível das depreciações nos termos da FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística, a qual preconiza que as depreciações devem ser incrementadas ou reduzidas por contrapartida de uma conta de ajustamentos de transição para o SNC-AP para o efeito, 564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

Nos exercícios de 2021, 2022, 2023 e no exercício findo, considerando que todos os ajustamentos necessários à transição foram efetuados no ano de implementação do SNC-AP, a conta 564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP não teve quaisquer movimentos, mantendo o saldo do ano anterior.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil que constam no Classificador Complementar 2 (CC2).

d) Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada

A quantia escriturada bruta no início do período corresponde ao montante de 461.071.629,65 € e no final do período a 499.270.073,52 €.

A depreciação acumulada no início do período ascende ao valor de 234.204.547,83 € e no final do período a 246.863.071,63 €.

e) Reconciliação da quantia escriturada início e fim do período

Cristina

- i) As adições encontram-se evidenciadas no quadro 5.2 Quantia escriturada e variações no período;
- ii) Ocorreram alienações no período;
- iii) Não houve lugar a aumentos ou diminuições resultantes de extinção, fusão e reestruturação de entidades;
- iv) Não houve lugar a aumentos ou diminuições resultantes de revalorizações e perdas por imparidade reconhecidas ou revertidas diretamente no património líquido;
- v) Não se verificaram perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados;
- vi) A depreciação líquida do período ascende ao valor de 12.658.523,80 €;
- vii) Não se verificaram diferenças cambiais.

Ponto 5.2 – Ativos fixos tangíveis – outras divulgações

- a) Não se verifica a existência e quantias de restrições de titularidade e os ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;
- b) Não existem dispêndios reconhecidos na quantia escriturada de um ativo fixo tangível no decurso da sua construção;
- c) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis do período corresponde ao montante de 34.054.083,10 €;

Ponto 5.6 – Ativos fixos tangíveis – outras situações

- a) Não existem ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso;
- b) A descrição dos ativos tangíveis totalmente amortizados ainda em uso consta da discriminação no mapa 5.6 b) constante no anexo ao presente documento.

Em 31 de dezembro de 2024, os movimentos ocorridos referentes aos ativos fixos tangíveis encontram-se evidenciados nos quadros seguintes.

Quadro 5.1 – Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1 117 609,53			1 117 609,53	1 117 609,53			1 117 609,53
Edifícios e outras construções	17 955 569,28	10 875 360,65		7 080 208,63	18 665 311,88	11 548 546,77		7 116 765,11
Infraestruturas	194 841 542,16	147 335 740,85		47 505 801,31	216 818 423,57	152 535 931,74		64 282 491,83
Património histórico, artístico e cultural	810 592,80	63 925,00		746 667,80	1 221 066,85	64 075,00		1 156 991,85
Outros								
Bens de domínio público em curso	10 654 689,50			10 654 689,50	10 826 596,75			10 826 596,75
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	7 370 661,24	1 269 153,48		6 101 507,76	7 370 661,24	1 641 303,08		5 729 358,16
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Equipamento administrativo	961 865,25	383 867,65		577 997,60	961 865,25	480 054,18		481 811,08
	233 712 529,76	159 928 047,63	0,00	73 784 482,13	256 981 535,07	166 269 910,77	0,00	90 711 624,30
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	28 971 480,90			28 971 480,90	29 585 389,35			29 585 389,35
Edifícios e outras construções	133 723 182,04	34 778 705,81		98 944 476,23	145 708 716,49	38 198 169,96		107 510 546,53
Equipamento básico	20 003 338,62	16 322 813,22		3 680 525,40	21 584 383,48	17 419 814,55		4 164 568,93
Equipamento de transporte	8 870 007,05	7 906 243,83		963 763,22	8 963 060,25	8 300 426,10		662 634,15
Equipamento administrativo	10 083 373,14	9 236 539,70		846 833,44	11 451 675,22	9 810 840,82		1 640 834,40
Equipamentos biológicos	1 961 928,94	1 512 331,27		449 597,67	1 967 399,99	1 861 057,39		106 342,60
Outros	4 682 493,78	3 824 828,48		857 665,30	5 095 821,11	4 109 435,63		986 385,48
Ativos fixos tangíveis em curso	13 263 662,01			13 263 662,01	12 126 459,15			12 126 459,15
Outros ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	5 584 782,68	606 697,60		4 978 085,08	5 584 782,68	782 991,05		4 801 791,63
Equipamento básico								
Equipamento de transporte								
Equipamento administrativo	220 850,73	88 340,29		132 510,44	220 850,73	110 425,37		110 425,37
Equipamentos biológicos								
Outros								
Ativos fixos em concessão em curso								
	227 365 099,89	74 276 500,20	0,00	153 088 599,69	242 288 538,45	80 593 160,87	0,00	161 695 377,59
TOTAL	461 077 629,65	234 204 547,83	0,00	226 873 081,82	499 270 073,52	246 863 071,63	0,00	252 407 001,89

Quadro 5.2 – Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	1 117 609,53								1 117 609,53
Edifícios e outras	7 080 208,63	540 319,50	169 423,10				-673 186,12		7 116 765,11
Infraestruturas	47 505 801,31	1 445 840,18	4 146 678,76				-4 912 027,76	-329 098,78	47 857 193,71
Património histórico, artístico e cultural	746 667,80	410 474,05					-150,00		1 156 991,85
Outros									
Bens de domínio público em curso	10 654 689,50	5 776 423,87	-5 449 653,25					-154 863,37	10 826 596,75
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	6 101 507,76						-372 149,60		5 729 358,16
Infraestruturas		16 713 461,25					-288 163,13		16 425 298,12
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Equipamento administrativo	577 997,60						-96 186,53		481 811,07
	73 784 482,13	24 886 518,85	-1 133 551,39	0,00	0,00	0,00	-6 341 863,14	-483 962,15	90 711 624,30
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	28 971 480,90	1 933 649,50						-1 319 741,05	29 585 389,35
Edifícios e outras construções	98 944 476,23	2 344 693,41	10 157 033,39				-3 419 464,15	-516 192,35	107 510 546,53
Equipamento básico	3 680 525,40	1 652 291,76					-1 097 001,33	-71 246,90	4 164 568,93
Equipamento de transporte	963 763,22	152 733,53					-394 182,27	-59 680,33	662 634,15
Equipamento administrativo	846 833,44	1 424 286,53					-574 301,12	-55 984,45	1 640 834,40
Equipamentos biológicos	449 597,67	5 471,05					-348 726,12		106 342,60
Outros	857 665,30	479 375,02					-284 607,15	-66 047,69	986 385,48
Ativos fixos tangíveis em curso	13 263 662,01	8 378 917,75	-9 023 482,00					-492 638,61	12 126 459,15
Outros ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	4 978 085,08						-176 293,45		4 801 791,63
Equipamento básico									
Equipamento de transporte									
Equipamento administrativo	132 510,44						-22 085,07		110 425,37
Equipamentos biológicos									
Outros									
Ativos fixos em concessão em curso									
	153 088 599,69	16 371 418,55	1 133 551,39	0,00	0,00	0,00	-6 316 660,66	-2 581 531,38	161 695 377,59
TOTAL	226 873 081,82	41 257 937,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 658 523,80	-3 065 493,53	252 407 001,89

Quadro 5.2 – A – Desagregação das adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferên cia ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		200 255,93								340 063,57	540 319,50
Infraestruturas		904 498,12								541 342,06	1 445 840,18
Patrimônio histórico, artístico e cultural		410 474,05									410 474,05
Outros											
Bens de domínio público em curso		5 776 423,87									5 776 423,87
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas										16 713 461,25	16 713 461,25
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Equipamento administrativo											
		7 291 651,97								17 594 866,88	24 886 518,85
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		1 040 000,00								893 649,50	1 933 649,50
Edifícios e outras construções		968 890,91								1 375 802,50	2 344 693,41
Equipamento básico		1 652 291,76									1 652 291,76
Equipamento de transporte		152 733,53									152 733,53
Equipamento administrativo		1 424 286,53									1 424 286,53
Equipamentos biológicos		5 471,05									5 471,05
Outros		479 375,02									479 375,02
Ativos fixos tangíveis em curso		8 378 917,75									8 378 917,75
Outros ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Equipamento básico											
Equipamento de transporte											
Equipamento administrativo											
Equipamentos biológicos											
Outros											
Ativos fixos em concessão em curso											
		14 101 966,55								2 269 452,00	16 371 418,55
TOTAL		21 393 618,52								19 864 318,88	41 257 937,40

Quadro 5.2 – B – Desagregação das diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					-329 098,78	-329 098,78
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso					-154 863,37	-154 863,37
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Equipamento administrativo						
					-483 962,15	-483 962,15
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais					-1 319 741,05	-1 319 741,05
Edifícios e outras construções	-49 879,80				-466 312,55	-516 192,35
Equipamento básico					-71 246,90	-71 246,90
Equipamento de transporte					-59 680,33	-59 680,33
Equipamento administrativo					-55 984,45	-55 984,45
Equipamentos biológicos						
Outros					-66 047,69	-66 047,69
Ativos fixos tangíveis em curso					-492 638,61	-492 638,61
Outros ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos em concessão em curso						
	-49 879,80				-2 531 651,58	-2 581 531,38
TOTAL	-49 879,80				-3 015 613,73	-3 065 493,53

Nos quadros dos ativos tangíveis procedeu-se à desagregação dos valores dos ativos tangíveis em curso, consoante se tratasse de domínio público ou de domínio privado, ajustando-se os valores em conformidade.

Chris Smith

Na sua generalidade, estes ativos em curso dizem respeito a obras ainda não finalizadas e ou que carecem de autos de receção provisória e definitiva para serem reconhecidos como capital fixo.

Nota 7 – Custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística adotada no âmbito da contratação dos empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2024 correspondeu a regimes contabilísticos anteriores à entrada em vigor do SNC-AP.

Em 2023 iniciou-se um processo de contratação de um empréstimo para investimento, até ao montante de 17.600.000,00 €, pelo prazo de 20 anos e com um período de carência de até 36 meses, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira, C.R.L.

O contrato com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira, C.R.L, foi assinado em 10/01/2024, tendo obtido o Visto do Tribunal de Contas em 05/04/2024.

Destina-se a financiar os seguintes investimentos:

- Construção de Lar, Apoio Domiciliário e Centro de dia – Fontainhas (parte) – no valor de 5.890.000,00€;
- Criação de Unidade de Cuidados Continuados na Guia (parte) – no valor de 2.326.000,00 €;
- Construção de Fogos de Habitação Social – Quinta dos Barros – Caliços (parte) – no valor de 1.500.000,00€;
- Requalificação da Avenida Sá Carneiro e zonas envolventes – obra (parte) – no valor de 1.500.000,00€;
- Requalificação da Rua António Aleixo -obra (parte) – no valor de 3.612.00,00€;
- Requalificação da Rua do MFA e arruamentos adjacentes – obra (parte) – no valor de 1.500.000,00€;
- Requalificação do parque de estacionamento da Nora – no valor de 1.272.000,00€

Em 31 de dezembro de 2024 o empréstimo acima referido encontrava-se ainda no período de utilização, tendo sido utilizado o montante de 1.765.207,59 €, de acordo com o investimento realizado, não tendo ocorrido nenhum encargo decorrente da utilização do mesmo.

Aquando da contratação dos empréstimos, que constam no quadro abaixo apresentado, foram cumpridas as disposições estabelecidas relativas ao regime de crédito dos municípios previsto nos diplomas legais vigentes à data da contratação dos mesmos.

Importa aludir que não existem montantes vencidos e não pagos a 31 de dezembro de 2024.

A informação correspondente ao custo dos empréstimos abaixo identificados, amortizações e juros e outras informações relevantes constam no quadro seguinte:

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Capital	Pagamentos efetuados									Capital em dívida no ano 2024	
	Utilização	Amortização do capital				Juros			Outros encargos			(€)					
		Até 2024				Ano 2024	Previsões após 2024	Até 2024	Ano 2024	Previsões após 2024	Até 2024	Ano 2024	Previsões após 2024	Em 31.12	Em 31.12		
Curto Prazo																	
Total CP																	
Médio e Longo Prazo Não bentos	29020	NOVO BANCO	04/11/2008	20	15	15 432 163,56	10 931 115,86	857 342,42	3 643 705,28	1 070 183,82 €	178 016,76	348 675,27	0,00	0,00	0,00	4 501 047,70	3 643 705,28
Médio e Longo Prazo Não bentos	S8027290632	CCAM	10/01/2024	20	0	1 765 207,59	0,00	0,00	17 600 000,00	0,00 €	0,00	7 615 192,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1 765 207,59
SubTotal						17 197 371,15	10 931 115,86	857 342,42	21 243 705,28	1 070 183,82	178 016,76	8 163 868,21	0,00	0,00	0,00	4 501 047,70	5 408 912,87
Total MLP						17 197 371,15	10 931 115,86	857 342,42	21 243 705,28	1 070 183,82	178 016,76	8 163 868,21	0,00	0,00	0,00	4 501 047,70	5 408 912,87
Total Geral						17 197 371,15	10 931 115,86	857 342,42	21 243 705,28	1 070 183,82	178 016,76	8 163 868,21	0,00	0,00	0,00	4 501 047,70	5 408 912,87

Nota 9 – Imparidade de ativos

Apresenta-se de seguida a informação respeitante à imparidade de ativos.

Quadro 9.1 – Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	7 287 846,07	3 965 185,11	14 304,05	3 336 965,01
Investimentos financeiros	3 693 431,79	3 629 401,79	3 578 522,00	3 642 552,00
TOTAL	10 981 277,86	7 594 586,90	3 592 826,05	6 979 517,01

Ponto 9.1 – Divulgações respeitantes a imparidade de ativos

No âmbito da aplicação da NCP 9, foram identificados os seguintes ativos:

- Não geradores de caixa: Investimentos financeiros;
- Geradores de caixa: Clientes, contribuintes e utentes.

Divulgações específicas - Ativos não geradores de caixa

No âmbito da aplicação da NCP 9, no que concerne aos investimentos financeiros esta matéria será abordada na nota 18 – Instrumentos financeiros.

Convém, no entanto, salientar que, uma vez que a Polis Albufeira – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A., se encontra extinta, foram realizados os movimentos contabilísticos para regularizar esta circunstância, os quais se encontram refletidos nas imparidades dos investimentos financeiros.

Divulgações específicas - Ativos geradores de caixa

Ponto 9.5 – Divulgações – Perda por imparidade revertida durante o período

- a) Com a implementação do SNC-AP procedeu-se à alteração do critério estabelecido no POCAL, tendo-se adotado o critério baseado no apuramento da totalidade das dívidas em mora há mais de 12 meses, existentes a 31-12-2024;
- b) Verificou-se reversão de imparidades no valor de 3.592.826,05 €;
- c) A natureza do ativo gerador de caixa, corresponde a dívidas por pagar – faturação emitida inerente a cliente, contribuintes e utentes, respeitantes à venda de água, tratamento do saneamento e resíduos sólidos;

d) No que concerne à unidade geradora de caixa:

- i. Trata-se da venda de água à população, bem como à prestação de serviços de tratamento do saneamento e resíduos sólidos;
- ii. Verificou-se a reversão de imparidades;
- iii. A agregação de ativos para identificar a unidade geradora de caixa manteve o critério de cálculo conforme referido na alínea a);

e) A quantia corresponde ao valor da faturação de água emitida aos consumidores por receber, há mais de 12 meses, existentes a 31-12-2024.

Ponto 9.7 – Pressupostos usados para determinação da quantia recuperável de ativos

Os pressupostos usados para determinar a quantia recuperável de ativos durante o período baseou-se no apuramento da totalidade das dívidas em mora há mais de 12 meses, existentes a 31-12-2024, por se considerar o mais adequado para este tipo de dívida.

Denote-se que o conteúdo da presente Nota 9, também deverá ser tido em conta na Nota 18 – Instrumentos Financeiros.

Nota 10 – Inventários

No âmbito da presente NCP 10, procede-se às seguintes divulgações:

- a) A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.
- b) A quantia total registada de inventários é 1.569.256,18 €, sendo que a mesma se encontra escriturada nas seguintes classificações:

- 322 – Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda – 95.976,54 €
- 33412 – Outras peças para manutenção-Máquinas e Viaturas – 7.295,67 €
- 338111 – Gasóleo – Máquinas e Viaturas – 20.085,88 €
- 338121 – Gasolina – Máquinas e Viaturas - 21.532,65 €
- 338131 – Óleos e Lubrificantes – Máquinas e Viaturas – 15.367,50 €
- 3383 – Artigos de Higiene e Limpeza – 43.662,60€
- 33891 – Outros – 1.365.335,34 €

Quadro 10.1 – Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	95 976,54		95 976,54
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 473 279,64		1 473 279,64
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	1 569 256,18	0,00	1 569 256,18

- c) A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado não sendo aplicável o critério de registo pelo justo valor menos os custos de venda.
- d) A quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período é 6.809.263,61 €, sendo que a mesma se encontra escriturada nas seguintes classificações:

- 6112 - Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda – 974,80 €
- 6117 – Água – 5.708.866,54 €
- 6121 – Matérias – Primas – 420,56€
- 612511 – Pneus-Máquinas e viaturas – 54.731,35 €
- 612512 – Outras peças para manutenção - máquinas e viaturas – 856,40€
- 6129111 – Gasóleo – 351.688,28 €

Chris Carter

- 6129121 – Gasolina – 66.946,46 €
- 6129131 – Óleos e Lubrificantes – 10.479,16 €
- 61293 – Artigos de Higiene e Limpeza – 98.630,00 €
- 612991 – Outros – 515.670,06 €

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	96 951,34	5 708 866,54	5 709 841,34						95 976,54
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 797 305,01	1 400 550,95	1 099 422,27				625 154,05		1 473 279,64
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	1 894 256,35	7 109 417,49	6 809 263,61	0,00	0,00	0,00	625 154,05	0,00	1 569 256,18

- e) Na demonstração de resultados do período não foi reconhecida qualquer reversão de perda por imparidade respeitante a inventários.
- f) Não foi escriturada qualquer quantia de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

A política contabilística adotada para reconhecimento do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, consubstancia-se essencialmente no reconhecimento do rendimento no período a que o mesmo diz respeito.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Refira-se que a 25 de outubro de 2024, foi aprovado o novo Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira que entrou em vigor no 15.º dia seguinte à sua publicação no Diário da República.

Quadro 13.1 – Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	691 044,05				
Multas e outras penalidades	574 756,58				
Vendas					
Mercadorias	10 063 394,34		2 947 904,48	2 965 791,20	
Produtos acabados e intermédios	9 406,78				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	4 320,00				
Prestação de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais	13 531 689,93				
Concessões	954 877,78				
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	909,00				
Aluguer de equipamentos	370 950,40				
Outros serviços	3 679,37				
Outros rendimentos					
Rendimentos suplementares	23 687,00				
Ganhos em inventários	110 126,65				
Rendimentos em investimentos não financeiros	2 156 268,52		761 963,03	755 306,56	
Correções relativas a períodos anteriores	887 301,28				
Outros não especificados	561 619,40				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	151 396,21				
TOTAL	30 095 427,29		3 709 867,51	3 721 097,76	

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

O município sempre que identifique um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve proceder ao seu reconhecimento como um

rendimento, exceto nos casos em que também tenha procedido ao reconhecimento do mesmo influxo como um passivo. A redução da quantia escriturada do passivo reconhecido, bem como o reconhecimento de uma quantia de rendimento igual a essa redução, ocorre logo que uma entidade satisfaça uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos proveniente de uma transação sem contraprestação.

Deverá reconhecer o respetivo rendimento, quando reconhecer um aumento no ativo em consequência de uma transação sem contraprestação. Caso tenha reconhecido um passivo relativamente ao influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, deve reduzir subsequentemente o passivo e reconhecer o rendimento, uma vez que ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita a condição. Não deve ser reconhecido como um passivo nem como um rendimento, se um influxo de recursos satisfizer a definição de contribuições dos proprietários.

O momento do reconhecimento do rendimento é determinado pela natureza das condições e respetivo cumprimento.

As transações sem contraprestação subdividem-se, essencialmente, em impostos e transferências. Os impostos caracterizam-se por benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. O rendimento mais significativo diz respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), resultante da estimativa do valor a receber no ano 2025 respeitante a IMI do ano 2024, a qual se encontra refletida na conta “PCM 272198” no montante de 19.421.095,00 €.

É pertinente também fazer-se alusão às transferências e subsídios de capital que advêm maioritariamente da União Europeia (via Estado), mas também do próprio Estado, a título de financiamentos não reembolsáveis para aquisição de ativos, dado que quando, concomitantemente, os ativos em causa se encontram a ser depreciados/amortizados no Município e todas as condições impostas pela Autoridade de Gestão para a atribuição e gestão de verbas se encontram cumpridas, há

lugar à entrada de tais verbas no Património Líquido ao reconhecimento do ganho nos resultados, na proporção dos anos de vida útil que os ativos em causa merecerem. Sob as citadas circunstâncias, as verbas rececionadas cujas condições se encontram cumpridas encontram-se refletidas na conta “PCM 5931”, no valor de 8.489.160,03 €, cifrando-se a respetiva imputação dos ganhos nos resultados de 2024 em 456.902,24€.

Relativamente às quantias de rédito provenientes de transações sem contraprestações, reconhecidas durante o período em causa, as mesmas encontram-se evidenciadas no quadro abaixo, onde estão indicadas as quantias recebidas e por receber no período subdivididas pelas respetivas classes.

Quadro 14.1 – Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	12 983,40		677,46	35,73	
Imposto municipal sobre imóveis	19 449 430,88		19 449 255,89	19 421 095,00	
Imposto único de circulação			114 115,54	130 336,88	
Outros	1 983 370,98				
Impostos indiretos					
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	5 865 469,62				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	26 254 471,28		3 488 841,40	2 489 689,56	
Publicidade					
Outros					
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	14 129 906,46			647 163,00	
Serviços e Fundos Autónomos	4 270,13				
Administração Local	354 185,30				
Resto do Mundo	67 779,80				
Reversões					
De provisões	74 343,18				
De perdas por imparidade	14 304,05				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	456 902,24				
TOTAL	68 667 417,32		23 052 890,29	22 688 320,17	

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No âmbito da NCP 15 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, é apropriado divulgar o seguinte:

Ponto 1 – Provisões

O quadro seguinte evidencia os movimentos realizados nas rubricas de provisões, acima referidos.

Quadro 15.1 – Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	3 285 024,31						74 343,18		74 343,18	3 210 681,13
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Outras Provisões - Outros riscos e encargos	2 450 011,05									2 450 011,05
Total	5 735 035,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74 343,18	0,00	74 343,18	5 660 692,18

- A quantia escriturada no início do período era de 5.735.035,36 € e no fim do período é de 5.660.692,18 €;
- Procedeu-se uma diminuição de provisões para processos judiciais em curso de 74.343,18€.

Ponto 2 – Descrição das provisões

- As provisões inerentes a processos judiciais em curso correspondem ao valor da responsabilidade financeira estimada, apurada com base em relatórios sumários sobre os processos judiciais em curso, fornecido pelas entidades responsáveis que gerem os processos de contencioso do município, onde foram identificados processos judiciais com razoável e muita probabilidade de desfecho desfavorável para o município, com contingência financeira possível de ser efetivada em 2024.
- Procedeu-se à redução do valor expetável de perda de outras provisões referentes aos processos 77275/23 e 241/18, totalizando um valor de 74.346,18 € em diminuições.

[Handwritten signature]

c) De modo a acautelar a possível devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil, que se manteve suspensa no exercício findo, manteve-se a totalidade da provisão constituída em 2018, não sofrendo alterações.

d) Atendendo a que a tramitação dos processos em tribunal é muito morosa, não é possível determinar o momento da ocorrência de efluxos.

Apresenta-se de seguida o mapa detalhado com descrição e montantes dos processos judiciais em curso com risco médio/alto de potenciar exfluxos:

Tribunal	Processo	Descrição	Responsabilidades e Contingências	Montante total do encargo	Risco - Perda
Trib. Administr. F. Beja	373/20	Acção Administrativa - Condenação a pagamento de diferenças remuneratórias	indeterminado	indeterminado	Alto
Trib. Administr. F. Loulé	391/20.7 BELLE e 391/20.7	Acção Administrativa Comum	200 000,00	75 000,00	Alto
Trib. Administr. F. Loulé	714/18	Acção Administrativa - Pagamento de suplemento remuneratório	1 383,20	1 383,20	Alto
Trib. Central Admin. Sul	127/09	Acç. Admin. Comum - Concurso Táxis 2001 (indenização)	387 988,00	2 304,00	Médio
Trib. Central Admin. Sul	137/06	Acç. Admin. Comum - Demolição de moradia., Falésia (indenização)	2 100 000,00	2 100 000,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	253/21	Acção Administrativa - Indemnização (rotura de conduta de água)	38 791,46	38 791,46	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	255/21	Acção Administrativa - Indemnização (rotura de conduta de água)	99 933,46	99 933,46	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	259/18	Acção Administrativa - Indemnização por acidente de trabalho	33 000,00	33 000,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	296/16	Acção Admin. Comum - Factura de certificação de contas 2014	6 248,00	6 248,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	339/14	Acç. Admin. Comum - Indemnização (protocolo Corcovada / Rotunda da Baliza)	416 862,00	416 862,00	Médio
Administrativo F. Loulé	373/17	Proc. Comum (pos-injunção) - Cobrança, empreitada iluminação Estádio Municipal	393 562,00	393 562,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	403/21	Acção Administrativa - Sinistro (indenização)	8 597,00	8 597,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	418/17	Acção Administrativa - Indemnização (embargo)	30 000,01	30 000,01	Médio
Trib. Central Admin. Sul	536/12	Acção Administrat. Especial - Impugnação demissão (disciplinar)	5 000,00	5 000,00	Médio
			3 721 365,13	3 210 681,13	

Ponto 3 – Passivos contingentes

Apresenta-se de seguida o mapa detalhado com descrição e montantes dos processos judiciais em curso com risco baixo de potenciar exfluxos.

Tribunal	Processo	Descrição	Responsabilidades e Contingências	Montante total do encargo	Risco - Perda
Trib. Administr. F. Loulé	109/17	Ação Administrativa - Sinistro (Indemnização)	23 953,60	23 953,60	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	240/20.6 BELLE	Ação Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Serviço Estr.Fronteiras	26/DRA/08	Contra-ordenação / Recurso - Coima (trabalhadores estrangeiros em empreitada municipal)	2 000,00	2 000,00	Baixo
Trib. Jud. da Com. Faro -Juízo Central Cível de Portimão-J1	2959/22.8T8PTM	Ação de Processo Comum (Reivindicação de Propriedade)	0,00	0,00	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	346/23	Ação Administrativa - Indem. Queda sumidouro águas pluviais	12 469,80	12 469,80	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	455/22,2	Ação Administrativa - Processo de Reposição Urbanística	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	471/19.1 BELLE	Ação Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	535/19.1 BELLE	Ação Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	54/23	Ação Administrativa - Direito de regresso-acidentes de trabalho	20 365,49	20 365,49	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	540/19.8 BELLE	Ação Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	577/19.7BELLE e 577/19.7 BELLE-S1	Ação Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	614/19.5 BELLE	Ação Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	629/20.0 BELLE	Ação Administrativa de Contencioso Pré-Contratual	345 000,00	345 000,00	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	650/22.4	Ação Administrativa - Processo administrativo de obras	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	693/14	Ação Admin.Comum - Liquidação de sentença, concurso táxis 2008 (Indemnização)	4 519,00	4 519,00	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	697/21	Ação Administrativa - Sinistro (Indemnização)	30 588,00	30 588,00	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	721/21	Ação Administrativa - Indemnização (rotura de conduta de água)	46 229,00	46 229,00	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé Tribunal Cent. Admin. Sul Supremo	820/11.0 BELLE	Ação Administrativa (Impugnação de Atos Administrativos)	0,00	0,00	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	834/24	Ação Administrativa - Indemnização queda em rampa de pavimento	26 900,00	26 900,00	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	846/09.4 BELLE-A e 846/09.4 BELLE-A-S1	Anulação ou declaração de nulidade de atos administrativos	30 000,01	30 000,01	Baixo
			782 024,98	782 024,98	

Da análise efetuada e da informação prestada, o risco de perda destas ações é baixo e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município, pelo que os processos desta

natureza cujas perdas foram estimadas como baixas, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

Ponto 4 – Ativos contingentes

No decurso do ano 2024 não se verificaram ativos contingentes.

Nota 17 – Acontecimentos após a data do relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do mesmo, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impactos significativos nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os instrumentos financeiros foram valorizados de acordo com os seguintes pressupostos:

a) Ativos financeiros:

- As participações de capital foram mensuradas ao custo de aquisição e subsequentemente pelo seu valor nominal que corresponde ao custo menos perdas por imparidade. No final do período de relato são analisados todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados, com vista a analisar quanto

à existência de evidência objetiva de que não são recuperáveis, caso assim seja será reconhecida a respetiva perda por imparidade.

b) Passivos financeiros:

- Foram registados pelo seu justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado.

Quantia escriturada dos ativos financeiros

Os ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2024, encontravam-se escriturados da seguinte forma:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Caixa e seus equivalentes:										
Caixa	5 933,64								363,70	5 569,94
Depósitos bancários	61 559 354,74								8 083 453,26	53 475 901,48
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:										
Ativo não Corrente										
Participações financeiras - custo	3 642 552,00									3 642 552,00
Ativo Corrente										
Clientes, contribuintes e utentes	2 593 305,96				743 659,05					3 336 965,01
Outras contas a receber	29 670 008,21				65 825,00					29 735 833,21
TOTAL	97 471 154,55	0,00	0,00	0,00	809 484,05	0,00	0,00	0,00	76 232,04	90 196 821,64

Quantia escriturada dos passivos financeiros

Os passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2024, encontravam-se escriturados da seguinte forma:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo								
Passivo Não Corrente								
Financiamentos obtidos	3 643 705,30			1 765 207,59			857 342,40	4 551 570,49
Outras contas a pagar				546 733,20				546 733,20
Passivo Corrente								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	122 141,15			8 925 716,80				9 047 857,95
Fornecedores	4 126 126,69						854 915,34	3 271 211,35
Financiamentos obtidos	857 342,40			857 342,40			857 342,42	857 342,38
Fornecedores de investimento	1 772 936,80						1 188 594,45	584 342,35
Outras contas a pagar	6 340 666,53			1 144 016,75				7 484 683,28
TOTAL	16 862 918,87	0,00	0,00	13 239 016,74	0,00	0,00	3 758 194,61	26 343 741,00

A política contabilística adotada no âmbito dos empréstimos bancários consta na nota 7 – Custos dos empréstimos obtidos.

O aumento mais significativo na rubrica credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos deve-se ao reconhecimento da despesa resultante dos pagamentos a ocorrer nos anos seguintes, com as devidas atualizações resultantes dos termos constantes no caderno de encargos, correspondentes à duração da Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro).

Aquando da assunção dos passivos financeiros, que constam no quadro abaixo apresentado, foram cumpridas as disposições estabelecidas relativas ao regime de crédito dos municípios previsto nos diplomas legais vigentes à data da contratação dos mesmos.

Quantia escriturada de outros investimentos financeiros

RUBRICAS	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compra	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Participações de capital - ao custo											
ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	84.900 ações	424 500,00									424 500,00
Águas do Algarve, SA	289.270 ações	1 446 350,00									1 446 350,00
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1.769.202 u.p	1 769 202,00									1 769 202,00
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	100 ações										
Imortal de Albufeira Futebol, SAD	9.976 ações										
Laboratório Colaborativo do Algarve Biomedical Center: soluções integradas para o envelhecimento e rejuvenescimento (ABC COLAB)		2 500,00									2 500,00
TOTAL		3 642 552,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 642 552,00

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados compreendem várias formas de remuneração e vantagens oferecidas aos trabalhadores municipais em troca dos seus serviços e incluem, entre outros, salários, contribuições, subsídios de férias e de Natal, ausências, pensões e acidentes de trabalho pagos.

Esses benefícios são reconhecidos e mensurados de forma a assegurar a correta contabilização das obrigações e dos gastos que lhes são associados.

Os trabalhadores municipais foram remunerados em conformidade com as suas funções durante o exercício, ressalvando-se que o direito a férias e ao respetivo subsídio, dado coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos e devidamente especializados.

Segue uma desagregação sucinta da rubrica de Gastos com Pessoal, a qual inclui os gastos inerentes aos membros de órgãos autárquicos, respeitante a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Gastos com Pessoal	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos membros de órgãos autárquicos	213 310,03	212 220,71
Remunerações do pessoal	23 142 819,56	21 355 360,94
Encargos sobre remunerações	5 681 922,74	4 852 433,44
Acidentes no trab. e doenças profissionais	244 122,71	231 388,75
Outros gastos com o pessoal	219 493,45	1 148 993,78
Outros encargos sociais	1 076 735,51	1 007 737,49
TOTAL	30 578 404,00	28 808 135,11

Tendo em conta a evolução no número de trabalhadores, constata-se que o aumento do valor com gastos com pessoal de 2023 para 2024 deveu-se basicamente aos aumentos e progressões salariais determinados por lei, bem como à ocupação de novos postos de trabalho.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

➤ Freguesias

Transferências de Recursos Financeiros para as Freguesias

DESCRIÇÃO	ALBUFEIRA E OLHOS DE ÁGUA	FERREIRAS	GUIA	PADERNE	TOTAL
Acordo de Transferência de Recursos					
- Despesas correntes	878 293,00	402 684,00	380 793,00	355 738,00	2 017 508,00
- Despesas de capital	78 650,00	1 820,00	2 990,00	1 950,00	85 410,00
Sub-Total	956 943,00	404 504,00	383 783,00	357 688,00	2 102 918,00
Contratos interadministrativos					
- Despesas correntes	411 980,00	256 831,00	245 649,00	234 025,00	1 148 485,00
Sub-Total	411 980,00	256 831,00	245 649,00	234 025,00	1 148 485,00
TOTAL	1 368 923,00	661 335,00	629 432,00	591 713,00	3 251 403,00

Durante o ano 2024 foram efetuadas as transferências de recursos financeiros para as Freguesias de acordo com o quadro acima, estando esta informação apresentada de forma mais detalhada no documento 4 e 5 do Anexo A.5.

Quadro 20.2 – Transações entre partes relacionadas

Denominação	Natureza da entidade	NIPC	%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Não societária	501 627 413	0,32
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Não societária	508 038 430	1,17
CI - AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	Não societária	502 971 096	6,25
Associação Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira	Não societária	517 879 913	
RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança	Não societária	506731391	
ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Societária	503 600 270	5,66
Águas do Algarve, SA	Societária	505 176 300	4,85
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Fundo	513 319 182	0,42
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	Societária	503 420 360	0,36
Imortal de Albufeira Futebol, SAD	Societária	505 300 168	10,00
Laboratório Colaborativo do Algarve Biomedical Center: soluções integradas para o envelhecimento e rejuvenescimento (ABC COLAB)	Societária	514 997 133	5,00

➤ ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede em Barros de São João da Venda, 8135-026 Almancil, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei nº 109/95, de 20 de maio.

O capital social da empresa em 2017 é de 7.500.000,00 €, correspondendo a 1.500.000 ações de valor nominal de 5,00 € cada.

O município detém 84.900 ações da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a 424.500,00 € que se encontram depositadas na Caixa Geral de Depósitos.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2023, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de 86.545.366,00 €, o Capital Próprio é de 20.592.957,00 € o Volume de Negócios é de 34.587.331,00 € e o Resultado Líquido é de 796.494,00 €.

➤ **Águas do Algarve, S.A**

A empresa Águas do Algarve, S.A., com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro.

Com a criação do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, através do Decreto-Lei n.º 167/2000, de 5 de agosto, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-Lei n.º 172/B-2001, de 26 de maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, e com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objeto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

O capital social realizado à data de 31 de dezembro de 2014, era de 29.290.875,00 €, correspondendo a 5.858.175 ações de valor nominal de 5,00 € cada. Em 31 de dezembro faltava realizar 534.125,00 € relativos ao aumento de capital social.

Este município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 ações, que se encontram depositadas na Caixa Geral de Depósitos, sendo 60.980 ações da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social no valor de 597.600,00 €.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em 16.367.850,00 €, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia Geral de 19 de março de 2003, foi deliberado o aumento do respetivo capital social, resultante da concessão à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento Algarvio, o que equivale para esta autarquia a 169.750 ações, cada uma no valor de 5,00 €, perfazendo um total de 848.750,00 € (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.

Neste contexto, o Município de Albufeira detém 289.270 ações no valor total de 1.446.350,00 €, o que equivale a 4,85% do Capital Social da empresa.

Da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2023, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de 551.948.914,00, o Volume de Negócios é de 63.185.886,00 €, o Capital Próprio é de 34.257.666,00 € e o Resultado Líquido é de 2.038.013,00 €.

➤ **FAM – Fundo de Apoio Municipal**

Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), foi alterado o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, determinou-se a redução da subscrição do capital social do FAM, reajustamentos efetuados no ano 2018, pelo que em 2019 o montante em dívida corresponde ao valor a liquidar em 2020, no valor de 98.289,00 € tendo ficado totalmente regularizado a 31 de dezembro de 2020.

Houve lugar a entrada de dividendos, advindos da distribuição de resultados do FAM, que serão adiante referidos.

➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objetivo principal a participação na modalidade de futebol em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espetáculos desportivos e o desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 ações da categoria B nominativas, cada uma no valor de 5,00 €, o que perfaz um total de 49.880,00 €.

Tendo em conta que a entidade não disponibiliza os elementos referentes ao relatório e contas de 2003 a 2021, analisaremos de seguida os dados referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2002, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de 5.007.244,50 €, o Capital Próprio é de 1.606.163,57 €, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em 518.880,56 €.

Não dispomos de mais informação relativamente aos relatórios e contas de anos anteriores.

➤ **GLOBALGARVE - Cooperação e Desenvolvimento, S.A.**

A empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., com sede na Rua Dr. José de Matos, nº 56 – 8000-502 Faro, é uma Sociedade Anónima com capitais maioritariamente públicos.

O objeto social da Sociedade é promover e executar ações relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente, estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infraestruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a coletividades territoriais, ações de formação e ações internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação. Para a realização do seu objeto social, a sociedade visa ainda, a promoção e execução de projetos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infraestruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de ações de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de ações, visando o aproveitamento e potenciação de recursos (centro de empresas / inovação e negócios, ninhos de empresas e / ou instalações de mudança de escala, instalações de mudança de escala, instalações para produções coletivas de pequena escala, polos ou parques tecnológicos ou científicos, parques de mercadorias, Indústria e Serviços, Oficinas Tecnológicas). Aspira, igualmente, aquela sociedade, para a realização do respetivo objeto social, a promoção e execução de projetos interinstitucionais, de informação, formação e desenvolvimento económico; a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional; promoção e execução de projetos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

O capital social da empresa em 2011 é de € 279.500,00 €, dividido em ações com o valor nominal de 10,00 € cada uma, nos termos do constante dos respetivos estatutos.

Atento nos objetivos e fins prosseguidos pela referenciada sociedade, assim como nas múltiplas ações por aquela desenvolvidas em cumprimento do respetivo objeto social, subscreveu este Município de Albufeira o capital social daquela e, dessa forma, passando a integrar a mesma como acionista, mediante a subscrição de 100 ações nominativas, num valor total de 1.000,00 €, representativo de 0,36% do Capital Social.

Tendo em conta que a empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., encontra-se em liquidação e em processo de insolvência, os últimos elementos que dispomos são o relatório e contas

referente ao exercício de 2011, salientando-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de 1.104.693,93 €, o Volume de Negócios é de 102.170,17 €, o Capital Próprio é negativo em 160.637,29 € e o Resultado Líquido é negativo em 97.827,97 €.

Não dispomos de mais informação relativamente aos relatórios e contas de anos anteriores.

Dividendos

De salientar que, no ano 2024, o Município obteve dividendos no valor de 127.363,59 € da empresa ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., relativos ao exercício de 2023, e de 21.503,31 € do FAM - Fundo de Apoio Municipal, referente ao ano 2022.

Nota 21 – Fornecimentos e Serviços Externos

Como parte relevante da despesa municipal, apresenta-se uma decomposição da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme segue:

(Euro)

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos e parcerias	14 902 508,22	14 336 681,79
Serviços especializados	7 581 789,19	7 554 895,53
Materiais de consumo	1 955 619,66	1 580 336,95
Energia e fluidos	2 145 855,48	719 166,11
Deslocações, estadas e transportes	180 924,22	163 141,10
Serviços diversos	8 414 628,17	5 960 993,96
TOTAL	35 181 324,94	30 315 215,44

Comparativamente, as variações mais significativas a assinalar entre anos encontram-se em “Energia e fluidos” e em “Serviços diversos”, devendo-se fundamentalmente, no primeiro caso, ao aumento do preço da eletricidade verificado no ano 2024, onde grande parte dos gastos (cerca de 50%) se referem a tarifas de acesso à rede, as quais durante a pandemia e no período inicial da Guerra na Ucrânia foram negativas, mas que começaram a ser repostas em 2023 atingindo a sua plenitude em 2024 e, no

segundo caso, aos gastos incorridos ao nível da prestação de serviços turísticos e recreativos do Município.

Outras divulgações:

Importa referir que as rubricas do Ativo, “clientes, contribuintes, utentes e “Caixa e Depósitos”, na sequência de valores cobrados através de débito direto que ficavam pendentes em anos anteriores no banco enquanto decorria o prazo de reclamação que os clientes/utentes dispunham, no ano de 2024, derivado a novas funcionalidades que passaram a estar disponíveis nas aplicações informáticas, intervenientes neste processo, apenas se encontra por arrecadar a receita relativa a faturas do último mês do ano.

Ressalva-se que, no que diz respeito às transferências e subsídios de capital (verbas não reembolsáveis advindas de entidades externas ao Município para aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis), é respeitada a FAC 42 da CNC – Comissão de Normalização Contabilística, sendo que as transferências obtidas são inicialmente lançadas na conta financeira “2822 – Diferimentos – Rendimentos a reconhecer – Transferências e subsídios de capital obtidos com condições”, onde, por uma questão de prudência, só serão saldadas e reconhecidas quando, cumulativamente, os ativos a que respeitam já se encontram a ser depreciados/amortizados no Município, bem como todas as condições impostas pela Autoridade de Gestão são consideradas cumpridas, razão pela qual a conta PCM - 2822 apresenta saldos que virão a ser transferidos para o Património Líquido (PCM – 59) e, consequentemente, virão a ser reconhecidos anualmente, na devida proporção, como ganhos do exercício (PCM – 788).

Nota final

As notas e os quadros cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Albufeira ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.